



Foto: Divulgação/Fonte Editorial

Livro destaca obras que narram as façanhas de Portugal e do Brasil colonial

Professores lançam *Estudos sobre a Épica Luso-Brasileira*, que traz análises de clássicos como *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, e *O Uruguai*, de Basílio da Gama

23/02/2021

Por **Claudia Costa**

Os professores Jean Pierre Chauvin, da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, e Cleber Vinicius do Amaral Felipe, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), acabam de lançar o livro *Estudos sobre a Épica Luso-Brasileira – Séculos XVI-XVIII*. O livro analisa seis epopeias portuguesas: *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões, *O Naufrágio do Sepúlveda* (1594), de Jerônimo Corte-Real, *Ulisseia ou Lisboa Edificada* (1636), de Gabriel Ferreira de Castro, *A Conquista de Goa* (1759), de Francisco de Pina e Melo, *O Uruguai* (1769), de Basílio da Gama, e *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão, estudados a partir de prescrições estabelecidas por uma tradição que liga essas obras a seus modelos greco-latinos.





Jean Pierre Chauvin - Foto: Marcos Santos/USP Imagens

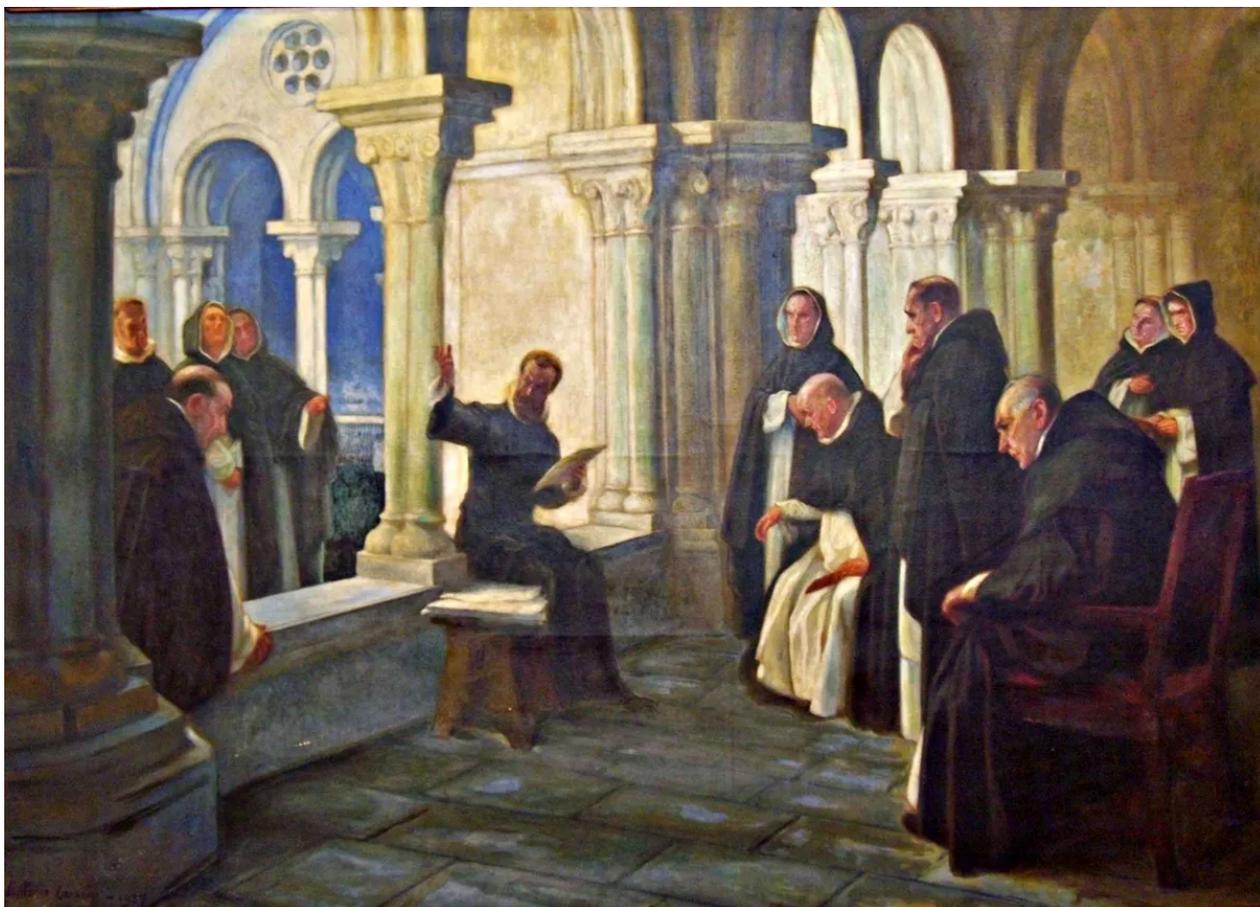


Cleber Vinicius do Amaral Felipe - Foto: Arquivo Pessoal

Para o professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP João Adolfo Hansen, que assina o prefácio do livro, “os autores escrevem com conhecimento, precisão e vivacidade sobre poemas portugueses dos séculos 16 e 17 e luso-brasileiros do 18, todos de um gênero hoje morto, o épico. As leituras de Cleber e Jean Pierre são arqueológicas. Têm pertinência antropológica e interesse histórico as interpretações que fazem da unidade do estilo dos poemas que estudam por meio da reconstituição minuciosa de seus preceitos poéticos e procedimentos técnicos antigos, greco-latinos, quinhentistas, seiscentistas, setecentistas, além da referência a leituras feitas por críticos e historiadores literários que se ocuparam deles desde o século 19”.

Como analisa Chauvin, “desde que foi decretado o fim da história, no final dos anos 1980, em consonância com o Consenso de Washington (que definiu os pilares do neoliberalismo), temos assistido a uma desvalorização programática e sistemática do passado e do pensamento, em detrimento do imediato consumível, do lugar-comum e da falácia modernizante, como se as matérias que nos precederam não fossem dignas de interesse (e menos ainda de estudo)”. O professor se refere à afirmação de Hansen que salienta que o gênero “épico” (que vigorou pelo menos entre a Antiguidade grega, oito ou nove séculos antes de Cristo, e o final do século 18 está “morto”. Segundo Chauvin, “não se trata apenas de uma constatação, mas de um modo de estimular a que o leitor reflita sobre tempos e concepções sobremodo diferentes: este em que tentamos sobreviver e aqueles em que produzir poesia pressupunha manipular vasto repertório, imitar modelos e considerar a adequação entre tema, gênero e estilo, segundo as regras do decoro”.

Aliás, destaca Chauvin, é justamente por se tratar de um gênero considerado “morto” que vale a pena discuti-lo. “Algumas obras discutidas no livro são praticamente desconhecidas do grande público hoje”, garante. “Nesse sentido, esses *Estudos sobre a Épica Luso-Brasileira* tentam resgatar poemas notáveis, escritos em acordo com as preceptivas retórico-poéticas, decorosos em relação ao que pedia o gênero épico, a façanha heroica, a linguagem grandiloquente e o estilo gravis (alto, elevado, sublime), como recomendado por Aristóteles, Horácio, Longino etc”, diz, e continua: “Observando os temas, pressupostos e métodos com que a pesquisa sobre poesia é realizada em nossos dias, não admira que em breve os versos produzidos durante o século 19 sejam considerados datados e sem interesse, que não o de ‘documento’ histórico”.



Camões lendo "Os Lusíadas", de Antônio Carneiro - Foto: Domínio Público, via Wikimedia Commons

Poemas épicos

O livro está dividido em duas partes, com os três primeiros poemas analisados por Cleber Felipe e os outros três por Jean Pierre Chauvin. “Os seis ocupam-se de autores hoje lembrados e pouco lidos, como Luiz Vaz de Camões; de outros quase esquecidos e já praticamente não lidos, como Basílio da Gama e Santa Rita Durão; e de alguns nunca lidos e esquecidos, Jerônimo Corte-Real, Gabriel Ferreira de Castro, Francisco de Pina e Melo”, aponta Hansen no prefácio.

No primeiro capítulo, intitulado *Camões e a Epopeia Lusíada: Notas Introdutórias*, Felipe lê Camões historicamente, como apresenta Hansen. “Lembra ao leitor características nucleares do gênero épico e de *Os Lusíadas* (1572); mapeia lugares-comuns da proposição, da invocação, da dedicatória, do epílogo e de alguns fragmentos da narração do poema. Descrevendo-os e analisando-os com economia e precisão, elenca os elementos formais do gênero épico, acompanhando-os de elementos biográficos. Em seguida, trata analiticamente das partes convencionais do poema épico.” No segundo, *A Poesia Épica e a Experiência Trágica: o Naufrágio de Sepúlveda*, o autor discorre sobre o poema atribuído a Jerônimo Corte-Real, que possui cerca de 10.457 versos; e no último, *A Fundação Épica de Lisboa na Ulisseia (1636)*, analisa a disposição do poema de Gabriel Ferreira de Castro.

Já na segunda parte, Chauvin informa que, entre os poemas analisados por ele, *A Conquista de Goa*, de Francisco de Pina e Melo, é bem menos conhecido, hoje, que *O Uruguai*, de Basílio da Gama, e o *Caramuru*, de Santa Rita Durão. “Penso que eles (me) interessam por diferentes motivos. Pina e Melo introduz o seu poema com uma espécie de minitratado sobre o gênero épico, o que reforça a hipótese de que esses homens tivessem consciência dos artifícios retórico-poéticos e como empregá-los no que escreviam. A importância de *O Uruguai* reside nas guerras resultantes de rara aliança entre portugueses e espanhóis, logo após o Tratado de Madri, firmado em 1750 – após dez anos de negociação entre as Coroas daqueles países. A figura de Basílio da Gama é curiosa: sabe-se que ele recebeu educação jesuítica no Rio de Janeiro, mas que, quando foi preso, incumbiu-se de promover uma ‘diatribe’ justamente contra a Ordem da Companhia de Jesus, com vistas a an



Diogo Álvares Correia, o Caramuru - Foto: Reprodução/TV Bahia

Caramuru, por sua vez, reconta a história do “descobrimento” da Bahia, no início do século 16. “Como o poema foi publicado no final do século 18, a *persona* poética propõe uma genealogia da ‘conquista’ da Bahia, de modo que as visões da Índia Paraguaçu, unida matrimonialmente com Diogo Álvares Correia, fingem ser premonição de um reino mais forte e poderoso, após Caramuru e sua esposa retornarem da França”, comenta. Segundo Chauvin, nos três casos, os poetas dispuseram as matérias, diálogos e episódios de maneira a ressaltar as virtudes heroicas, o discurso engenhoso, o *éthos* industrioso e as façanhas dos guerreiros lusitanos. “Para isso, Diogo Álvares Correia, Afonso Albuquerque e o general Andrade foram pintados segundo recomendavam os tratados antigos, que discorriam sobre os feitos extraordinários dos homens considerados superiores nas virtudes e excelentes no caráter.”

Processo de pesquisa

Segundo Chauvin, a ideia original partiu de Felipe e tinha como objetivo reunir e apresentar a estudantes e pesquisadores poemas do gênero épico que circularam no mundo português ou luso-brasileiro entre os séculos 16 e 18. “Nosso pressuposto é de que estamos diante de práticas letradas produzidas num tempo que os conceitos de ‘autor’, ‘obra literária’ e ‘público’ não tinham a conformação adquirida entre o final do século 18 e o início do século 19, que envolveu a mudança radical das sociedades de Antigo Estado para o mundo burguês, momento em que a ‘obra de arte’ perdeu parte substancial de seu estatuto, codificado pelo edifício retórico-político-teológico, e passou a ser configurada e percebida como uma mercadoria, ou ‘bem cultural’ disputada segundo critérios que negavam a filiação a modelos e pretendiam ser ‘originais’.”

O livro reúne artigos produzidos nos últimos quatro anos, como informa Chauvin. “Mas cumpre assinalar que eles se relacionam a pesquisas muito anteriores, que envolveram estudos sobre retórica, poética, história, práticas letradas, sociologia da corte etc., considerando o mundo cortesão, com suas regras e modelos, e a

produção e circulação de poesia como arte de emulação de modelos e aplicação de preceitos retórico-poéticos, sem que o poeta perdesse de vista o lugar que ocupava na sociedade de corte, entre os dogmas veiculados pela Igreja Católica e poder temporal dos reis e o mundo de homens subordinados a seus desígnios.” No caso dos capítulos de Cleber Felipe, as pesquisas também se relacionam com sua iniciação científica, realizada quando ainda cursava a graduação em História; e no caso de Chauvin, os estudos sobre essas matérias tiveram início entre 2012 e 2013, quando se preparava para um projeto de pesquisa sobre Machado de Assis. “Naquela altura, os estudos sobre aspectos da retórica e da análise do discurso na obra do escritor despertaram meu interesse para me voltar mais detidamente para as práticas letradas produzidas no século 18 e as convenções que elas obedeciam”, complementa.

O professor ainda lembra que, como os estudos priorizam eventos, ideias e poemas produzidos entre os séculos 16 e 18, ficou claro que seria importante apresentar um pequeno panorama que percorresse aquele tempo. “Posso afirmar que Cleber Felipe e eu percorremos esses poemas com interesse nos pressupostos embutidos neles, no modo como recorriam às preceptivas, imitavam modelos e ilustravam uma *forma mentis* totalmente diversa da nossa. Definitivamente, eles estão para além da suposição de que sejam ‘dados’ e só possuam interesse como ‘documento’ histórico”, conclui.

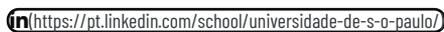
Estudos sobre a Épica Luso-Brasileira – Séculos XVI-XVIII, de Jean Pierre Chauvin e Cleber Vinicius do Amaral Felipe, Fonte Editorial, R\$ 46,90



Política de uso

A reprodução de matérias e fotografias é livre mediante a citação do Jornal da USP e do autor. No caso dos arquivos de áudio, deverão constar dos créditos a Rádio USP e, em sendo explicitados, os autores. Para uso de arquivos de vídeo, esses créditos deverão mencionar a TV USP e, caso estejam explicitados, os autores. Fotos devem ser creditadas como USP Imagens e o nome do fotógrafo.

JORNAL DA USP (<https://jornal.usp.br/>)



Sugestões de reportagens (<https://jornal.usp.br/envie-uma-pauta/>)

Tem sugestões de reportagens ou deseja divulgar sua pesquisa, preencha nosso formulário e aguarde nosso contato (<https://jornal.usp.br/envie-uma-pauta/>)

Fale conosco (<https://jornal.usp.br/fale-conosco/>)

Dúvidas, sugestões, elogios, reclamação, entre em contato conosco. (<https://jornal.usp.br/fale-conosco/>)

Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas: *International Standard Serial Number*

ISSN - 2525-6009

Política de uso

A reprodução de matérias e fotografias é livre mediante a citação do Jornal da USP e do autor. No caso dos arquivos de áudio, deverão constar dos créditos a Rádio USP e, em sendo explicitados, os autores. Para uso de arquivos de vídeo, esses créditos deverão mencionar a TV USP e, caso estejam explicitados, os autores. Fotos devem ser creditadas como USP Imagens e o nome do fotógrafo.

Expediente (<https://jornal.usp.br/expediente/>)

PARCERIAS:



O Jornal da USP também pode ser acessado no portal Estadao

(<https://www.estadao.com.br/>)

